



# **ITERPA 2007**

## **Relatório de Gestão**



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

Governadora do Estado do Pará  
Ana Júlia Carepa

Vice-Governador  
Odair Santos Corrêa

Secretário de Estado de Agricultura  
Cássio Alves Pereira

**INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA**

Presidente  
PR – Presidência  
José Heder Benatti  
e-mail: jose.benatti@iterpa.pa.gov.br

Assessor Chefe  
APR – Assessoria da Presidência  
Girolamo Domenico Treccani  
e-mail: girolamo.treccani@iterpa.pa.gov.br

Chefe de Gabinete  
GP – Gabinete da Presidência  
Luly Rodrigues da Cunha Fischer  
e-mail: luly.fischer@iterpa.pa.gov.br

**Diretorias**

DEAF – Diretoria de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário  
José Maria Hesketh Condurú Neto  
e-mail: jose.conduru@iterpa.pa.gov.br

DAF – Diretoria de Administração e Finanças  
Wilson Melo Sodré  
e-mail: wilson.sodre@iterpa.pa.gov.br

DJ – Diretoria Jurídica  
Rogério Arthur Friza Chaves  
e-mail: rogerio.fchaves@iterpa.pa.gov.br

**Ouvidoria**

OUV – Ouvidoria  
Nelson Castro Chada  
e-mail: nelson.chada@iterpa.pa.gov.br

**Coordenadorias**

CPE – Coordenadoria de Projetos Especiais  
Aldenor Gonçalves do Nascimento  
e-mail: aldenor.nascimento@iterpa.pa.gov.br

CPAD – Comissão Permanente de Análise de Documentos  
Jairo de Moura Pereira  
e-mail: jairo.pereira@iterpa.pa.gov.br

COF – Coordenadoria de Orçamento e Finanças  
Jurandir Pedro Silva de Brito  
e-mail: jurandir.brito@iterpa.pa.gov.br

CDI – Coordenadoria de Documentação e Informação  
Edmilson Martins da Silva  
e-mail: edmilson.silva@iterpa.pa.gov.br

CGIR – Coordenadoria de Cadastro e Georreferenciamento de Imóveis Rurais  
Maria Eloisa dos Santos Leal  
e-mail: maria.leal@iterpa.pa.gov.br

SPA – Subprocuradoria de Processos Administrativos  
Maria de Fátima Gomes de Lima  
e-mail: maria.glima@iterpa.pa.gov.br

SPJ – Subprocuradoria de Processos Judiciais  
Maria de Fátima Martins Cavada Monteiro  
e-mail: maria.monteiro@iterpa.pa.gov.br

NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação  
Carlos Augusto Sousa Jatene  
e-mail: carlos.jatene@iterpa.pa.gov.br

CMCF – Comissão de Mediação e Conflitos Fundiários  
Ana Cristina Ferreira Salim  
e-mail: ana.salim@iterpa.pa.gov.br

CA – Coordenadoria Administrativa  
Laurete Costa dos Santos  
e-mail: laurette.santos@iterpa.pa.gov.br

CAF – Coordenadoria de Ação Agrária e Fundiária  
Marcli Araujo Zaire  
e-mail: marcli.zaire@iterpa.pa.gov.br

**Gerências**

GAT – Gerência de Arrecadação e Gestão de Terras Públicas  
Cássia Regina Neves Maradei Pereira  
e-mail: cassia.pereira@iterpa.pa.gov.br

GEO2 – Gerência de Geoprocessamento Literal  
Sildair Lebrege da Silva  
e-mail: sildair.silva@iterpa.pa.gov.br

GPO – Gerência de Programação e Controle Orçamentário  
Maria Helena dos Santos Pinheiro  
e-mail: maria.spinheiro@iterpa.pa.gov.br

GEA – Gerência de Aforamento  
Alice Albuquerque de Lima  
e-mail: alice.lima@iterpa.pa.gov.br

GCQ – Gerência de Comunidades de Quilombos  
Antônio Maria da Costa Vila Nova  
e-mail: antonio.nova@iterpa.pa.gov.br

GFC – Gerência de Gestão Financeira e Contábil  
Cely Mary Agrassar da Silva  
e-mail: cely.silva@iterpa.pa.gov.br

GMP – Gerência de Material e Patrimônio  
Fabrício Contente Garcia  
e-mail: fabricio.garcia@iterpa.pa.gov.br

GLT – Gerência de Logística de Transporte  
Arnaldo Corrêa de Castro  
e-mail: arnaldo.castro@iterpa.pa.gov.br

GEO1 – Gerência de Geoprocessamento Operacional  
José Ely da Costa  
e-mail: jose.ecosta@iterpa.pa.gov.br

GPA – Gerência de Projetos de Assentamento  
Mário da Silva Cardins  
e-mail: mario.cardins@iterpa.pa.gov.br

GIT – Gerência de Informação e Titulação  
Regina Coeli Lopez Bahia  
e-mail: regina.bahia@iterpa.pa.gov.br

GCR – Gerência de Cadastro e Reconhecimento  
Maria Alzenora de Almeida  
e-mail: maria.aoliveira@iterpa.pa.gov.br

GCG – Gerência de Cartografia e Georreferenciamento  
Leila Lúcia Albertini Peretti  
e-mail: leila.peretti@iterpa.pa.gov.br

GAM – Gerência de Articulação e Mobilização  
Williams e Silva Fernandes  
e-mail: williams.fernandes@iterpa.pa.gov.br

GRF – Gerência de Regularização Fundiária  
Mariza Campos de Melo Freitas  
e-mail: marisa.freitas@iterpa.pa.gov.br

GAC – Gerência de Atendimento e Controle  
Vera Lucia Vieira de Zuniga  
e-mail: vera.zuniga@iterpa.pa.gov.br

GDA – Gerência de Documentação e Arquivo  
Rosalina Ferreira Brunini  
e-mail: rosalina.brunini@iterpa.pa.gov.br

GGP – Gerência de Gestão de Pessoal  
Raimunda do Socorro Lobo do Nascimento  
e-mail: raimunda.nascimento@iterpa.pa.gov.br

**Secretarias**

S3 – Secretaria Jurídica  
Ivone Machado da Silva  
e-mail: ivone.msilva@iterpa.pa.gov.br

S1 – Secretaria do Gabinete  
Nazaré Ibiapina Cavaleiro de Macedo Souza  
e-mail: nazare.souza@iterpa.pa.gov.br

S2 – Secretaria da Presidência  
Maria das Graças Pantoja Ferreira  
e-mail: maria.pferreira@iterpa.pa.gov.br

S5 – Secretaria do DAF  
Cleide Ribeiro Matos Rocha  
e-mail: cleide.rocha@iterpa.pa.gov.br

S4 – Secretaria do DEAF  
Maria Célia Silva Henriques  
e-mail: maria.henriques@iterpa.pa.gov.br



ITERPA



## RESUMO

Este documento apresenta as principais atividades do Instituto de Terras do Pará – ITERPA – no ano de 2007. Nele encontram-se explicitadas as estratégias utilizadas interna e externamente para o reposicionamento do órgão, tendo como objetivo a dinamização e a efetivação dos processos fundiários no Estado. O relatório foi dividido em seis partes e pretende, de forma sucinta, oferecer ao leitor informações sobre o contexto de criação da autarquia, os eixos orientadores da nova gestão, as atividades estratégicas desenvolvidas ao longo do ano, os indicativos de resultados alcançados, os recursos orçamentários e financeiros e, finalizando o documento, as ações prioritárias do Instituto para 2008.

Palavras-chave: ITERPA, relatório de atividade 2007, ação fundiária, Pará.



## A CONSTITUIÇÃO DO ITERPA

Criado em 08 de outubro de 1975 pela Lei 4.584, como autarquia estadual, o Instituto de Terras do Estado do Pará – ITERPA – constitui-se como órgão responsável pela execução da política agrária no Estado. O surgimento dessa Instituição marca a história da gestão pública estadual do território paraense e se dá em um contexto de mudanças no Brasil. Contexto marcado pela forte intervenção Federal no Pará, reflexo dos efeitos do Decreto 1.164/71 que instituiu a federalização de mais de 70% das terras do patrimônio do Estado.

Além dessa federalização, outros fatos marcavam o panorama. A presença, no Estado do Pará, de órgãos diretamente subordinados à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, que objetivavam principalmente a distribuição das terras públicas da Amazônia através de órgãos cujas atividades eram intocáveis pelo esquema civil: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA –, Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT – e Grupo Executivo do Baixo Amazonas – GEBAM. Eram essas algumas das variáveis que compunham o cenário dos anos de 1970 na Região Amazônica e, por conseguinte, no Pará.

A euforia causada no início da década de 70 no Brasil pelo incentivo à ocupação do território Amazônico deixa marcas profundas na ocupação dessa região por não ter sido orientada por políticas públicas, o que trouxe sérios problemas ao Norte do país. A ocupação da Amazônia se deu sem qualquer proposta de infra-estrutura, o objetivo era deslocar o máximo de emigrantes para todos os Estados do Norte, inclusive o Pará.

Diferentes fatores promoveram a vinda desses emigrantes, entre os quais: a esperança de melhores condições de vida; a posse da terra; a descoberta de riquezas; a abertura de rodovias (por exemplo, a Belém-Brasília), motivos que contribuíram para formação da região como hoje se apresenta. Nesse suposto vazio demográfico, as leis, quando existentes, eram pouco respeitadas. Evidentemente, essa forma de ocupação trouxe problemas enormes para o Norte do país e, como não podia deixar de ser, incidiu negativamente sobre a questão fundiária no Pará, um dos Estados-alvo dessa emigração desordenada. Nessa parte do Brasil, as irregularidades na distribuição de terras eram comuns e realizadas a partir da emissão de títulos falsos pela inexistência de processos, ausência ou fraude nas demarcações, superposição de áreas em nomes de pessoas que nunca existiram (ou desapareceram), fatores, entre outros, que explicam a configuração atual desse Estado.

Com o objetivo de organizar e coordenar a estrutura fundiária estadual que se encontrava, até então, sob responsabilidade da Divisão de Terras da Secretaria Estadual de Agricultura – SAGRI –, o então Governador do Estado do Pará, Aloysio da Costa Chaves, propôs a criação de uma autarquia de direito público, com autonomia administrativa e financeira com sede e foro em Belém para atuar na execução da política de preservação do patrimônio agrário paraense. Para isso contou com uma série de instruções, decretos do Poder Executivo e resoluções da Comissão de Avaliação de Terras do Estado – COVATE –, constituindo um conjunto de normas e objetivando promover o fim da insegurança dominial e a tão almejada paz no campo. Com essa finalidade é criado o Instituto de Terras do Pará – ITERPA.

## MISSÃO DO ITERPA



Ao longo dos trinta e dois anos de sua existência, o ITERPA passou por inúmeras mudanças e chega aos dias atuais com um perfil institucional pró-ativo que tem como meta principal realizar a missão que justifica sua existência: “Colaborar no ordenamento territorial e administrar o patrimônio fundiário estadual com vistas à promoção do desenvolvimento socioeconômico, garantindo o acesso à terra, prioritariamente, à agricultura familiar”.

Por sua missão, é possível perceber que a tarefa da Instituição vai além da mera administração do patrimônio fundiário do Estado. Cabe-lhe a responsabilidade de contribuir para o reordenamento do território, sob o pressuposto da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Estado do Pará.

Para execução plena dessa missão é necessário vencer vários desafios no Pará, onde culturalmente predominam a posse e a violência rural, como instrumentos de acesso aos recursos. O reconhecimento do direito de propriedade rural passa a ser uma política importante de consolidação da democracia, do respeito aos direitos humanos e da proteção ambiental.

A atual política de ordenamento territorial do Governo do Estado do Pará prima pela regularização fundiária, entendida como instrumento primeiro para ordenar o espaço e democratizar o acesso à terra. Para execução das políticas de ordenamento territorial no Estado, o Governo do Pará adotou medidas estratégicas e integradas, fundamentais ao ordenamento territorial, como a reestruturação da gestão dos órgãos ambiental e fundiário, ampliação e treinamento do corpo técnico, aquisição de equipamentos etc.

A política de regularização fundiária, como política articulada, tem sido um dos promissores caminhos adotados pelo Governo do Estado para a diminuição da violência rural, para assegurar o direito de propriedade aos diferentes segmentos sociais, para a redução do desmatamento e para a garantia da sustentabilidade ambiental.

O Pará é o segundo maior Estado do país, com 124,85 milhões de hectares, 7 milhões de habitantes – 61,7% de sua área está afetada por unidades de conservação e terras indígenas, 24,6% sob competência da União e 21% sob competência do Estado –, por isso o ordenamento territorial deve ser entendido como um instrumento fundamental para assegurar a sustentabilidade ambiental e econômica.

O Instituto, ciente de seu papel, conhecedor da realidade paraense e no firme propósito de atuar ativamente para alcançar a meta estabelecida em sua missão, trilha caminhos inovadores na consecução de suas ações, entendendo que o ordenamento territorial só será possível se houver esforços integrados com ações construídas para atender as especificidades locais, portanto, ações que pressupõem a atuação de vários agentes de forma sinérgica.

A partir desses pressupostos, a atual diretoria do Instituto de Terras do Pará apresenta o resultado do seu primeiro ano de gestão (2007), considerando que as atividades aqui apresentadas ganham novas configurações a partir das diretrizes do Governo Estadual traçadas para o mandato 2007-2010. Neste relato, são apresentadas sucintamente algumas das ações que sinalizam mudanças consideráveis nas questões que envolvem a destinação das terras públicas no Pará.

## **TRANSPARÊNCIA E DEMOCRATIZAÇÃO: PALAVRAS DE ORDEM NA NOVA GESTÃO**

Nesse primeiro ano de atuação (2007) várias medidas foram adotadas para construção dos pilares que sustentariam as futuras ações. Nesse sentido, o ITERPA teve que buscar a reformulação de suas práticas, da mesma forma que foi importante alterar e configurar fluxos gerenciais, ou seja, realizar a reorientação de sua atuação. No entanto, todo esse processo foi construído de forma democrática e transparente, com a participação ativa dos diferentes atores que integram a Instituição ou integração com suas ações, acreditando que esse caminho assegurará o alcance de seus objetivos.

A nova direção do Instituto teve como uma de suas preocupações iniciais garantir a transparência em sua gestão, portanto, assumiu determinadas posturas que modificaram a própria estrutura do órgão. Sendo assim, o regimento existente teve que ser reformulado para contemplar as novas dinâmicas que se implantariam. A mudança no Regimento não foi uma ação meramente administrativa, foi sim uma estratégia fundamental para assegurar o caminhar desse órgão nos anos futuros. Essa medida possibilitou atingir dois objetivos fundamentais à atuação da instituição:

■ O órgão não é mais direcionado por um presidente, como era até então, mas por um colegiado que constitui seu Conselho-Diretor. Isto é, todas as decisões relevantes são tomadas nesse âmbito participativo.

■ A constituição do Conselho-Diretor, esfera de direção máxima, composto pelo presidente, diretores, assessor da presidência e chefe de gabinete, de acordo com o artigo 17 do Regimento aprovado em março de 2007, torna-se uma importante instância de decisões e por ela passam todas as ações estratégicas do órgão.

O Conselho Diretor, órgão superior do ITERPA, foi criado pelo Regulamento Geral do Instituto, oficializado pelo Decreto Estadual nº 063, de 14 de março de 2007. Através de suas atribuições, tem contribuído com a aprovação de Resoluções e Instruções Normativas, dentre as quais é possível destacar as seguintes:

■ Instrução Normativa nº 01, de 09 de maio de 2007 – cria Projetos Estaduais de Assentamento;

■ Resolução nº 01, de 24 de agosto de 2007 – aprova a Norma de Execução nº 01, de 24 de agosto de 2007, que dispõe sobre os procedimentos de regularização fundiária por meio da criação do Projeto Estadual de Assentamento Sustentável – PEAS – e do Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista – PEAEX ;

■ Instrução Normativa nº 02, de 10 de setembro de 2007 – estabelece normas e procedimentos para o controle, tramitação e arquivamento de documentos administrativos, assim como o uso adequado de requerimentos, organização de processos e a unificação de procedimentos internos no ITERPA;

■ Instrução Normativa nº 03, de 10 de setembro de 2007 – fixa normas gerais para a regularização fundiária não onerosa de terras públicas do Estado com áreas de até 100 (cem) hectares, na forma do art. 241, inciso I da Constituição Estadual de 1989.

Também tem atuado na elaboração de normativas que venham a dar origem a decretos governamentais, entre os quais se destacam:

■ Decreto Estadual nº 062, de 14 de março de 2007 – extingue a aplicação do regime de compra especial para os títulos de posse efetuos perante as repartições de terras do Estado, cujas áreas não foram regularizadas na forma do

Decreto Estadual nº 1.054, de 1996;

■ Decreto Estadual nº 65, de 14 de março de 2007 – institui, no Estado do Pará, o Grupo Executivo de Combate à Violência no Campo, Promoção dos Direitos Humanos, Desenvolvimento Social e Econômico do Sudoeste Paraense e dá outras providências correlatas;

■ Futura Lei Estadual para alienação, legitimação de ocupação e concessão de direito real de uso das terras públicas pertencentes ao Estado do Pará;

■ Futuro Decreto Estadual de criação do Programa Estadual de Assentamento.

O novo regimento do ITERPA estabelece a configuração dessas mudanças organizacionais, espelhando a busca pela gerência compartilhada na qual um grupo representativo constitui-se como colegiado responsável pelos rumos da Instituição. Da mesma forma, as decisões tomadas pela Instituição passam a ser resultantes de processos de discussões que envolvem os diferentes profissionais que integram o quadro do órgão.

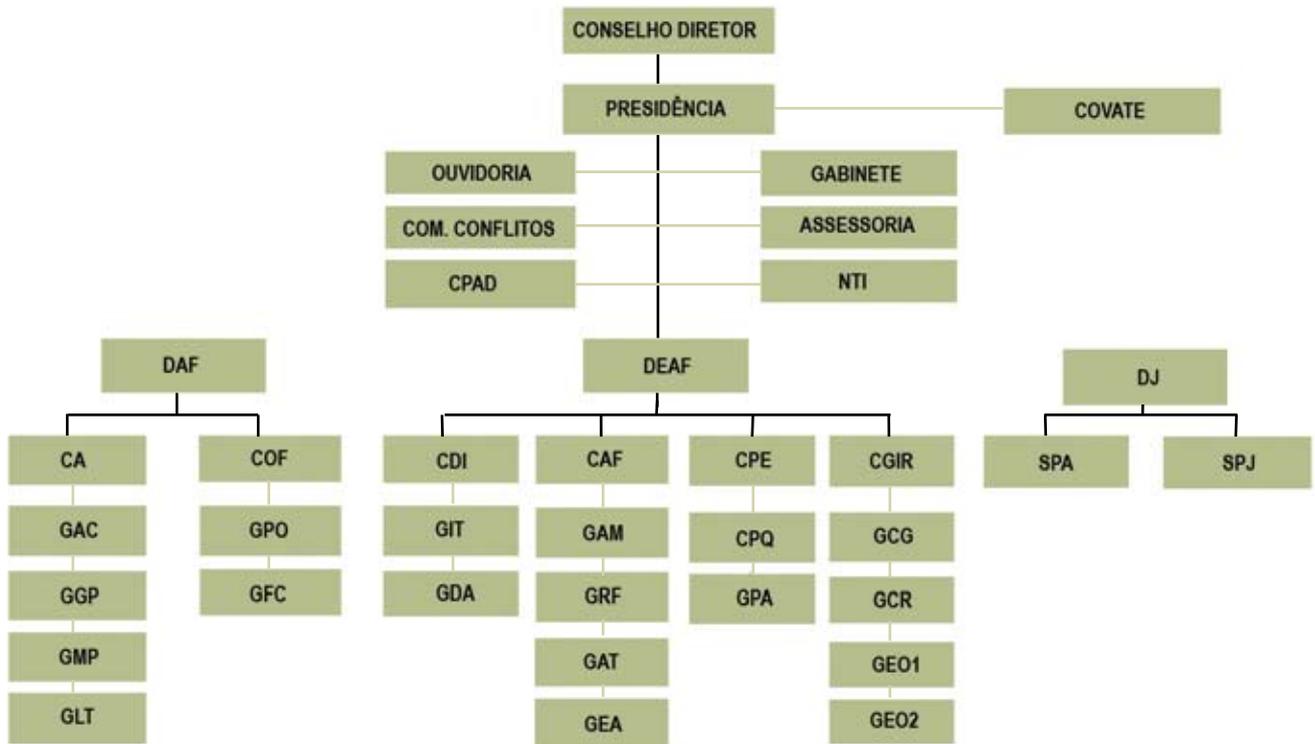
O ano de 2007 marca os esforços iniciais dessa Instituição para alcançar a transparência e a democratização de suas ações tanto interna como externamente. E é essa a meta que vai orientar todas as ações implementadas e se tornará a meta constante dessa administração. Isso pode ser percebido nas atividades realizadas que têm como objetivo promover o acesso com vistas à socialização ampla de todas as ações dessa Instituição. A filosofia seguida, desde então, é a de que quanto mais a sociedade tiver acesso às informações, maior a possibilidade de detectar eventuais problemas de desvio de conduta do órgão, ou seja, qualquer coisa que possa dificultar o perfeito funcionamento

da instituição e de suas finalidades. Esperando com isso que a participação da sociedade seja cada vez mais efetiva, tornando assim o processo de gestão do patrimônio público uma ação compartilhada por diferentes agentes.

O Instituto de Terras do Pará, a partir dessa reformulação, imprimiu um novo desenho em seu organograma extinguindo alguns setores, criando novas gerências, sub-gerências e coordenações. Essa alteração, na constituição organizacional do ITERPA, possibilitou a dinamização de várias tarefas, proporcionando agilidade e permitindo atuações especializadas na execução de ações. O processo se otimizou, permitiu a aceleração no fluxo das atividades, promoveu maior aproveitamento dos recursos investidos e resultou em ações planejadas e eficazes.



# ORGANOGRAMA





Almeirim - Pará



Imagens  
ACERVO ITERPA

A partir dessa constituição organizacional, o ITERPA passa a contar com instâncias estratégicas para implantação do Programa Estadual de Ordenamento Territorial – PEOT –, a criação da Comissão de Mediações de Conflitos Fundiários – CMCF –, a Comissão Permanente de Análise e Documentação – CPAD –, a Ouvidoria e o Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI. Essa proposta organizacional cria mediadores fundamentais para o processo de democratização e transparência na atuação da Instituição.

As mudanças organizacionais permitiram, além da agilidade nos processos, o constante diálogo entre os diferentes atores envolvidos com as questões fundiárias no Estado, sejam eles das esferas Federal, Estadual, Municipal e, principalmente, com os movimentos sociais e os demais cidadãos. Esses atores são considerados interlocutores fundamentais para implantação, desenvolvimento e alcance das diferentes metas do ITERPA.

É possível destacar, mesmo que de forma sintética, os resultados de algumas medidas desenvolvidas ao longo do ano que demonstram o acerto na escolha de uma política gerencial pautada na discussão democrática, participativa e transparente:

- Reforma do Estatuto do Instituto com o intuito de incluir os diretores como instância máxima de deliberação, ou seja, as decisões são tomadas de forma colegiada;

- Formulação de instrumentos legais a partir do debate amplo com os funcionários. Essa participação é garantida pelo envio de minutas à comunidade interna solicitando críticas e contribuições;

- Planejamento conjunto com os coordenadores e gerentes, culminando com a elaboração do Plano Estratégico 2007-2010;

■ Discussão de políticas integradas de governo com a Secretaria de Estado de Agricultura – SA-GRI –, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará – EMATER –, Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ –, Centrais de Abastecimentos do Estado do Pará – CEASA –, Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos – SEPE –, Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA –, Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará – IDEFLOR – e Procuradoria Geral do Estado do Pará – PGE;

■ Participação na elaboração da Política de Ordenamento Territorial. A coordenação do ITERPA apresentou o texto-base: “ITERPA e o Ordenamento Territorial no Estado do Pará: a regularização fundiária como instrumento de ordenar o espaço e democratizar o acesso à terra”, para ajudar na discussão e propostas de regularização fundiária;

■ Trabalho conjunto com Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA –, seja na esfera nacional ou nas três superintendências regionais. Esse acordo, firmado em abril de 2007, prevê o trabalho conjunto na criação dos projetos de assentamento. Para tanto foi criado Grupo de Trabalho – GT – que reúne integrantes do ITERPA e do INCRA;

■ Participação nos fóruns estaduais competentes, tais como:

■ Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável no qual, além da participação nas reuniões, o ITERPA exerceu papel estratégico nas reuniões preparatórias para Conferências Estaduais e Nacional de Desenvolvimento Sustentável;

■ Conselho Estadual de Política Agrícola, Agrária e Fundiária; Planejamento Territorial Participativo;

■ Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem, entre outras.

■ Abertura de canal para o diálogo permanente com os movimentos sociais. Essa medida possibilitou a interlocução constante entre os movimentos e o Governo, permitindo ações conjuntas que apresentaram como resultados, entre outros, a escolha das áreas prioritárias para a criação de assentamentos, a titulação de territórios quilombolas, além de possibilitar a atuação conjunta nos imóveis rurais em conflito. Sem a parceria estabelecida entre essas esferas, muitas das metas pretendidas não teriam sido alcançadas;

■ Atualização continuada de informações estratégicas para atuação dos servidores, assim, foi criado um *clipping* enviado para todos eles. Essa ferramenta fornece informações atualizadas, municiando diariamente os profissionais com notícias relativas aos temas socioambientais;

■ Disseminação, divulgação e participação das discussões e debates sobre questões agroambientais e quilombolas, com a participação ativa do ITERPA em eventos nacionais, socializando suas ações.





**Ilha do Combu, Belém/PA**

## ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA O ALCANCE DE METAS

Com o intuito de aperfeiçoar suas atividades técnicas e burocráticas internas, o ITERPA tem buscado definir os procedimentos de atendimento e análises processuais, atualizando-os com o uso de equipamentos e técnicas modernas, com o objetivo de atender as demandas de forma ágil e segura dando, assim, confiabilidade às informações e certidões emitidas. Para tanto, implementou as seguintes atividades ao longo do ano:

### Definição de procedimentos internos

■ Criação de *checklist* de documentos e procedimentos burocráticos, visando a maior celeridade no atendimento e nas respostas às demandas oficiais e privadas que chegam ao Instituto;

■ Criação e implantação da Ouvidoria com a missão de ser um canal eficiente de comunicação entre a sociedade e a instituição recebendo as suas demandas, dando o tratamento adequado e, por fim, medindo o grau de satisfação do usuário.

### Recursos Humanos

■ Treinamentos de pessoal técnico

O ITERPA tem procurado qualificar seu pessoal técnico e administrativo, através do patrocínio de treinamentos e cursos em nível de pós-graduação e especialização, como:

■ Curso de Georreferenciamento de Imóveis Rurais que promoveu o treinamento de 30 técnicos de nível médio e superior, com recursos próprios do Instituto, através de convênios com a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA – e a Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias – FUNPEA;

### Imagens ACERVO ITERPA



■ Curso de Especialização em Avaliações e Perícias de Engenharia, promovido pelo Instituto de Avaliações e Perícias de Engenharia do Pará – IAPEP –, Instituto de Pós-graduação de Goiás – IPOG – e Faculdade Oswaldo Cruz de São Paulo. Com a participação de um engenheiro civil do quadro permanente da autarquia;

■ Curso de Especialização em Gestão Pública, com ênfase em Contabilidade Pública, promovido pelo Centro Universitário do Pará, com a participação de um contador do quadro do ITERPA;

■ Reunião técnica da Diretoria de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário – DEAF –, congregando todos os servidores lotados na diretoria para definir rumos e procedimentos técnicos de suas atividades;

■ Primeira reunião para elaboração do Plano Estratégico do ITERPA, realizada com a participação de dirigentes, coordenadores e gerentes da Instituição.

### **Atualização do parque técnico e tecnológico**

#### ■ Veículos

Aquisição de 7 (sete) veículos utilitários marca Mitsubishi, modelo L 200 4x4 e 4 (quatro) motocicletas, marca Honda, modelo NXR 150, objetivando proporcionar mais qualidade e agilidade aos trabalhos de campo dos técnicos do Instituto.

■ Aquisição de equipamentos topográficos e de georreferenciamento

GPS geodésicos e de navegação, equipados com acessórios e *softwares*, para aumentar a disponibilidade de equipes de georreferenciamento das áreas rurais a serem tituladas pelo Governo do Pará.

#### ■ Aquisição de equipamentos de informática

Servidores de informática para dar suporte às atividades técnicas do ITERPA, além dos serviços de internet e intranet em implantação, estações de trabalho, modernização de equipamentos e implementação de *softwares* livres e aquisição de *softwares* proprietários indispensáveis na consecução dos trabalhos técnicos e administrativos.

#### ■ Aquisição de um *no-break* de 8KV

É importante destacar, ainda, a implantação de um aplicativo de gestão de processos, que abrange todos os sistemas do Instituto para melhor monitoramento dos processos em tramitação interna, a saber: Sistema de Suporte ao Usuário, de Recursos Humanos, Requisição de Material e Gestão de Viagens (Sistemas ITERPA).

### **Fortalecimento dos setores internos**

#### ■ Reformulação da Gerência de Cartografia

Tornando possível através da elaboração de projetos e termos de referência para modernização da cartografia do ITERPA, utilizando recursos de financiadores externos e programas internacionais, como o Pará Rural, pretendendo principalmente:

■ Promover a eficiência no fornecimento de informações aos clientes do setor fundiário;

■ Promover a melhoria do fluxo processual;

■ Promover a padronização dos serviços técnicos;

■ Fornecer o ambiente e os subsídios necessários para a tomada de decisão no campo fundiário;

■ Identificar e discriminar as áreas devolutas, áreas de propriedade pública e áreas de propriedade privada;

■ Identificar e definir as jurisdições governamentais de domínio estadual, federal e municipal;

■ Criar e disponibilizar uma base de dados abrangente, incluindo informações fundiárias, limites políticos e administrativos, terras indígenas, unidades de conservação, infra-estrutura viária e demais informações necessárias à obtenção de subsídios necessários à gestão fundiária e aos planos de destinação de terras públicas.

#### ■ Projeto para informatização do arquivo

Também através de projetos e termos de referências, procura-se recursos de parceiros institucionais (INCRA) e internacionais (Pará Rural) para:

**a) Digitalização dos microfimes do arquivo do Instituto, objetivando:**

■ Promover a eficiência no fornecimento de informações aos clientes do setor fundiário;

■ Promover a melhoria do fluxo processual;

■ Promover a padronização dos serviços técnicos;

■ Criar e implantar mecanismos e procedimentos de segurança para a integridade do acervo fundiário;

■ Criar e disponibilizar uma base de dados abrangente, incluindo informações fundiárias, títulos emitidos por espécie e uma base de informações que possam ser disponibilizadas para a segurança do ordenamento fundiário e o combate à grilagem das terras públicas estaduais.



Tailândia - Pará

**b) Microfilmagem do arquivo do Instituto de Terras do Pará, tendo como propósito:**

■ Auditar os microfilmes existentes para definir seu estado de conservação e dimensionar com exatidão quantos processos ainda deverão ser microfilmados;

■ Promover a microfilmagem dos documentos ainda não disponíveis nessa mídia;

■ Promover a padronização dos serviços técnicos;

■ Criar e implantar mecanismos e procedimentos de segurança para a integridade do acervo fundiário;

■ Criar e disponibilizar uma base de dados abrangente, incluindo informações fundiárias, títulos emitidos por espécie e uma base de informações que possam ser disponibilizadas para a segurança do ordenamento fundiário e o combate à grilagem das terras públicas estaduais.

**c) Sistematização e disponibilização das informações e documentos do arquivo do Instituto de Terras do Pará – ITERPA –, cujos objetivos principais são:**

■ Promover a eficiência no fornecimento de informações aos clientes do setor fundiário;

■ Promover a melhoria do fluxo processual;

■ Promover a padronização dos serviços técnicos;

■ Criar e implantar mecanismos e procedimentos de segurança para a integridade do acervo fundiário;



**Rondon do Pará**



■ Criar e disponibilizar uma base de dados abrangente, incluindo informações fundiárias, títulos emitidos por espécie e uma base de informações que possam ser disponibilizadas para a segurança do ordenamento fundiário e o combate à grilagem das terras públicas estaduais.

#### ■ Implantação da rede *wireless*

O Núcleo de Tecnologia e Informação do ITERPA implantou 2 (dois) *switches* roteadores para conexão de equipamentos sem fio à rede informatizada do órgão, permitindo o acesso à internet e à intranet dos *notebooks* e *handhelds* no interior do Instituto.

#### ■ Construção do novo sítio na Internet

Com a intenção de profissionalizar seu sítio na rede mundial de computadores, o ITERPA contratou um profissional para o *design* de sua página. O novo *site* disponibilizará maior número de informações, permitirá o acompanhamento de processos, os acessos a mapas, à legislação e a todos os demais itens, tornando o sítio mais amigável e interativo a todos os usuários internos e externos à autarquia, proporcionando qualidade e agilidade aos trabalhos executados e aos serviços oferecidos. A proposta é inaugurar essa nova ferramenta em janeiro de 2008.

### **Arrecadação e matrícula de áreas públicas estaduais**

#### ■ Levantamento de campo e cartorial

Com o intuito de regularizar diversas atividades do ITERPA realizadas anteriormente ao arripio da legislação vigente, foi criada uma Comissão Permanente de Arrecadação e Matrícula de terras públicas estaduais, visando corrigir a omissão desse procedimento obrigatório.



Ilha do Combu, Belém /PA

Para alcançar esse objetivo, está sendo feito o levantamento de todas as glebas estaduais e áreas sob jurisdição estadual para proceder ao devido levantamento de campo e pesquisa cartorial com a finalidade de arrecadar essas áreas e assim poder dar destinação a elas, inclusive com sua inscrição no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais.

#### ■ Matrícula das áreas, glebas públicas estaduais e plotagem cartográfica

Feito o levantamento de campo e cartorial passar-se-á então à matrícula dessas áreas em nome do Governo do Pará, dando legitimidade às ações de regularização fundiária realizadas e a realizar.

Assim procedendo, somente no ano de 2007, já foram arrecadadas e matriculadas nove áreas nos municípios de Tailândia, Moju, São Félix do Xingu, Rondon do Pará, Porto de Moz, Acará, Bom Jesus do Tocantins, Cametá e Gurupá, estando os trabalhos da Comissão em plena atividade, empenhando-se a arrecadação e matrícula de todas as áreas públicas estaduais.

Em levantamento preliminar, chegou-se à projeção de aproximadamente 16 milhões de hectares de terras a serem arrecadadas no Estado, ou seja, a Comissão tem um trabalho “hercúleo” a realizar.

#### **Atividades de campo**

##### ■ Vistorias e demarcações por demanda judicial

Dentre as atividades mais demandadas ao ITERPA estão a vistoria, levantamento e localização de áreas sob tramitação para regularização, ou ainda, o auxílio, quando originário de Juízos de

Direito do interior do Estado, para solução de demandas e divergências judiciais na qual pode haver a participação direta ou indireta do órgão fundiário estadual.

Assim o Instituto tem atendido a dezenas de demandas judiciais, em mais de 20 municípios nas diversas regiões do Estado, envolvendo veículos, equipamentos e técnicos do ITERPA, muitas vezes com custos pagos pela própria autarquia.

#### ■ Vistorias e demarcações por demandas dos movimentos sociais

Da mesma forma são inúmeras as demandas de comunidades e associações, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Pará – FETRAF –, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará – FETAGRI –, Movimento dos Sem Terras – MST –, Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS – e outras formas de organização social de agricultores que procuram o Instituto com o desejo de ter suas áreas regularizadas. Para esse atendimento, especialmente prioritário para o ITERPA, não têm sido poupados esforços e dispêndio de recursos próprios com vistas a atender as demandas dessas comunidades. O Instituto tem assim atuado em dezenas de municípios, destacando-se: Tailândia, Acará, Moju, Vigia, Colares, Paragominas, Rondon do Pará, São Félix do Xingu, Marabá, Parauapebas, Gurupá, Baião, Porto de Moz, Praia, Santarém, Aveiro, Juruti, Portel, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Barcarena, entre outros.

A atuação nas áreas de reivindicação dos movimentos sociais procura solucionar os conflitos agrários e objetiva levantar informações da situação fundiária e social a fim de verificar o que se pode fazer a curto e médio prazos.



Ilha do Combu, Belém /PA



## Carajás - Pará

■ Vistórias e demarcações por demandas oficiais

O Instituto tem atendido também demandas de órgãos oficiais federais, estaduais e municipais, como: Prefeitura Municipal de Moju, Prefeitura Municipal de Abaetetuba, Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará, Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, Prefeitura Municipal de Aveiro, Prefeitura Municipal de Belém, INCRA SR-01, INCRA SR-27, INCRA SR-30, EMATER-PA, Fundação de Telecomunicações do Pará – FUNTELPA –, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA –, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA –, Gerência Regional do Patrimônio da União – GRPUPA –, Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA –, Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ –, Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos – SEPE –, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Pará

– CREA-PA –, Procuradoria Geral do Estado do Pará – PGE –, Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT – etc.

## Projetos Especiais

■ Projetos de Assentamentos Estaduais

Com a criação do Programa de Assentamentos Estaduais, instituído pelo Governo do Pará e normatizado pelo ITERPA, intensificaram-se os trabalhos de levantamento de campo e cartorial com o objetivo de criar, no primeiro semestre de 2008, cerca de 15 (quinze) projetos na modalidade de Assentamento Sustentável – PEAS – e Assentamento Agroextrativista – PEAEX –, nos municípios de Bujaru, Rondon do Pará, Bom Jesus do Tocantins, Eldorado dos Carajás, Moju, Tailândia, Acará, Oriximiná, Castanhal, Santarém, Gurupá, Porto de Moz, Portel, Abel Figueiredo e Juruti.

## ■ Projetos de demarcação e titulação quilombola

Especial ênfase tem sido dada à demarcação e à titulação de áreas de comunidades remanescentes de quilombos, mantendo a tradição de ser o Pará o estado que mais titulou áreas em favor dessa etnia.

Garantiu-se o registro cartorial gratuito dos títulos quilombolas, expedidos pelos governos anteriores. Foram publicados 14 editais de comunidades quilombolas, proporcionando a plenitude dos atos de reconhecimento de domínio dessas áreas arrecadadas, objeto dos títulos entregues em 2007.

Assim são intensos os trabalhos de campo na demarcação dessas áreas, com seu respectivo georreferenciamento, com a previsão de demarcação de 9 (nove) áreas a serem tituladas no exercício de 2008: Porto Alegre (Cametá), Matias (Cametá),

Menino Jesus (São Miguel do Guamá), Jacarequara (Acará), Muruteuazinho (Santa Luzia do Pará), Tipitinga (Santa Luzia do Pará), Pau D'arco (Santa Luzia do Pará), Três Voltas (Santa Luzia do Pará) e Macapazinho (Santa Isabel do Pará).

Ressalte-se ainda que o ITERPA firmou convênios com o governo federal através do INCRA, para repasse de recursos na ordem de R\$ 3.538.800,00 (três milhões quinhentos e trinta e oito mil e oitocentos reais). O montante será destinado da seguinte forma: R\$ 2.530.000,00 (dois milhões quinhentos e trinta mil reais) para desapropriações de áreas quilombolas; R\$ 503.800,00 (quinhentos e três mil e oitocentos reais) para vistoria, demarcação e georreferenciamento de áreas quilombolas a serem indenizadas e R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) para regularização fundiária em áreas situadas nos municípios de Rondon do Pará e Abel Figueiredo, sendo que do total o Estado entrou com 10% como contrapartida.



**Abel Figueiredo - Pará**

## Atividades de Gestão Pública

### ■ Participação em Conselhos Estaduais

O ITERPA atua intensamente nos Conselhos de Desenvolvimento Estaduais, no Plano Territorial Participativo – PTP –, além da atuação decisiva em programas com o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, permitindo uma ampla discussão e divulgação de suas atividades, possibilitando a todos os segmentos da sociedade civil a participação democrática nos rumos e na gestão do órgão.

### ■ Atividades conjuntas com parceiros fundiários

Uma das metas estabelecidas para o ano de 2007 foi a atuação conjunta com as demais esferas fundiárias. Assim, o ITERPA emvidou esforços para desenvolver ações com órgãos congêneres, seja na captação de recursos para seus próprios trabalhos, seja para atuação integrada na busca de atender e solucionar demandas de pequenos agricultores, seus clientes preferenciais. Ressalte-se, enfaticamente, a atuação do Instituto com o INCRA e a GRPU-PA.

### ■ Reuniões na sede do ITERPA

A presidência e os diretores reúnem-se regularmente com os diferentes segmentos sociais, lideranças comunitárias, políticas (deputados estaduais e federais), prefeitos, vereadores, secretários municipais para receber as demandas e entender a complexidade agrária em sua plenitude no estado. Nas reuniões, foram ouvidas as reivindicações e apresentada a nova concepção do Governo em relação ao ordenamento territorial e regularização fundiária. Quando necessário, agendou-se visita da equipe do ITERPA para levantar as informações “in loco”. Vários municípios foram visitados para discutir a problemática da disputa da terra e dos recursos naturais.



**Touceira do açazeiro**

O ano foi intenso, com agenda constantemente ocupada para atendimentos das diferentes demandas desses interlocutores.

Com relação ao Programa Raízes – Reconhecimento, Obtenção e Titulação de Terras Quilombolas –, o ITERPA emitiu, no ano de 2007, 1 (um) título de terra comunitário no município de Cametá, desembolsando R\$ 111.289,49 (cento e onze mil duzentos e oitenta e nove reais e quarenta e nove centavos).

Com o programa de Regularização Fundiária, o ITERPA expediu, em 2007, 355 (trezentos e cinquenta e cinco) títulos, desembolsando R\$ 1.378.020,07 (um milhão, trezentos e setenta e oito mil e vinte reais e sete centavos). A partir do resultado das plenárias do Plano Territorial Participativo – instrumento de gestão democrática e popular do atual Governo do Pará –, o ITERPA buscou revisar suas metas, centradas nas possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias e pela legislação pertinente à questão fundiária.

### **Programa Pará Rural**

O ITERPA participa ativamente do Programa Pará Rural e seu fortalecimento é um dos objetivos primordiais, utilizando-se dos recursos do Banco Mundial aprovados para o Estado do Pará. Como integrante do Pará Rural, o Instituto receberá recursos para sua modernização: atualização do parque de informática, dos equipamentos e dos veículos, construção de sua sede, treinamentos e assessorias externas na busca do fortalecimento institucional.

Com o programa já assinado pela Exma. Senhora Governadora Ana Júlia Carepa, a tarefa agora é elaborar o fluxo de procedimentos e planejamento para as atividades previstas para os próximos anos, sob auxílio desses recursos externos.

### **Programa Estadual de Ordenamento Territorial – PEOT**

O Programa Estadual de Ordenamento Territorial – PEOT – é um dos programas especiais e estratégicos do Governo do Estado e tem o ITERPA como uma de suas instituições mais atuantes, haja vista ser o ordenamento territorial umas das atividades-fim dessa autarquia.

O PEOT é uma política que busca dialogar com diferentes interlocutores envolvidos com a questão do ordenamento territorial. Para cada setor social é preciso que haja uma mensagem clara para as diferentes demandas, ou seja, respostas e ações para os que buscam a reforma agrária, a titulação de seus lotes individuais, a sustentabilidade ambiental, a proteção da floresta e o combate à grilagem das terras públicas. Nesse contexto, o Programa Pará Rural deve ser visto como um instrumento que fortalece a concretização dos objetivos presentes no PEOT.

Em atuação conjunta com a SEMA, EMATER-PA e IDEFLOR, sob coordenação da SEPE, o programa prevê, em seu planejamento inicial, a ação de governo nos municípios de Almeirim, Igarapé-Açu, Parauapebas e Eldorado dos Carajás, com trabalhos de varredura no sistema fundiário e na situação ambiental, incluindo a florestal, para buscar o ordenamento fundiário e a organização territorial há muito almejados pelos municípes.

O aprendizado e a experiência assimilada nesses quatro primeiros municípios trarão segurança e confiabilidade às ações governamentais para os demais municípios nos anos vindouros.



## INDICATIVOS DO RESULTADO DAS NOVAS DINÂMICAS IMPLEMENTADAS

A atuação do ITERPA em 2007 teve como um de seus indicativos positivos a queda dos diferentes índices ligados à problemática agrária, conforme dados preliminares divulgados pela CPT na tabela abaixo. Esse ano contou com a participação limitada das três superintendências do INCRA (SR-01, SR-27 e SR-30) no Estado, já que em boa parte do tempo os funcionários federais estavam em greve e a SR-30 teve a sua atuação restringida também pela disputa judicial com o Ministério Público Federal. Portanto, se os índices caíram, deve-se, em parte, pela “entrada em campo” de um novo sujeito que até então estava omissos: o órgão fundiário estadual.

<b>Síntese de Dados sobre Violência no Campo no Estado do Pará (2006 – setembro de 2007) Fonte: <a href="http://www.cptnac.com.br">www.cptnac.com.br</a></b>		
	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Ocupações	25 (3.535*)	6 (1.497*)
Acampamentos	10 (1.710*)	s/d
Conflitos de Terra	81 (7.988*)	34 (6.543*)
Trabalho Escravo	110 (2.424**)	96 (2.641**)

**Legenda:**

\* Número de famílias

\*\* Número de Pessoas

s/d – sem dados



Desde o início da gestão, a busca do diálogo com os movimentos sociais e com as superintendências do INCRA foi constante, como destacado anteriormente. A atuação em parcerias com esses agentes possibilitou a ação integrada nas áreas de maior conflito. Nesses momentos, a divulgação da nova política agrária do Estado foi ampla, deixando claro que a agricultura familiar, a criação dos projetos estaduais de assentamento, o reconhecimento de domínio dos territórios quilombolas e a regularização fundiária são prioridades no Governo de Ana Júlia Carepa. Mesmo com as limitações de pessoal e estruturais encontradas no ITERPA, é possível afirmar que houve a contribuição desse órgão para diminuir a tensão no campo.

## RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Para o desenvolvimento das atividades inerentes ao ITERPA, no exercício de 2007, o Governo do Estado atribuiu uma dotação orçamentária inicial, aprovada pelo Poder Legislativo, no valor de R\$ 10.453.078,00 (dez milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, setenta e oito reais) que, acrescida de recursos provenientes de créditos orçamentários suplementares e ajustes de dotações orçamentárias (redução) e somada aos recursos provenientes de Transferências Intragovernamentais (Programa Raízes e Pará-Rural), resultaram no montante final de R\$ 13.405.207,18 (treze milhões, quatrocentos e cinco mil, duzentos e sete reais e dezoito centavos), como demonstrado a seguir.

### Orçamento Geral do ITERPA – 2007

<b>Dotação Orçamentária – ITERPA</b>	<b>Recursos (R\$)</b>
Dotação Orçamentária Inicial	10.453.078,00
Créditos orçamentários Suplementares	4.082.992,00
<b>(+) Pessoal</b>	<b>1.272.000,00</b>
<b>(+) ODC (Tesouro)</b>	<b>256.168,00</b>
<b>(+) ODC (Recursos Próprios)</b>	<b>500.000,00</b>
<b>(+) ODC (Recursos de Convênio)</b>	<b>430.000,00</b>
<b>(+) ODC (Recursos de Contrapartida)</b>	<b>52.000,00</b>
<b>(+) Capital</b>	<b>1.572.824,00</b>
Dotação Orçamentária Cancelada	1.561.464,52
Dotação Orçamentária Final	12.974.605,48
Transferências Intragovernamentais – Destaques	430.601,70
<b>(+) SEJUDH – Raízes</b>	<b>309.775,27</b>
<b>(+) NGPR – Pará – Rural</b>	<b>120.826,43</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>13.405.207,18</b>



Açaí

A execução das atividades efetivamente desenvolvidas pelo ITERPA, em 2007, envolveu dispêndios financeiros efetivos da ordem de R\$ 11.813.436,16 (onze milhões, oitocentos e treze mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos), conforme demonstrativo de despesas a seguir:

### Resumo das Despesas Realizadas

Programa/Atividade	R\$	%
<b>Apoio Administrativo</b>	<b>7.806.856,03</b>	<b>66,08</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.629.420,31	56,11
Outras Despesas Correntes	1.177.435,72	9,96
<b>Encargos Especiais (Precatório)</b>	<b>969.627,76</b>	<b>8,21</b>
<b>Valorização do Servidor (Vale-alimentação)</b>	<b>497.350,01</b>	<b>4,21</b>
<b>Fortalecimento da Gestão Fundiária</b>	<b>2.379.178,68</b>	<b>20,14</b>
Outras Despesas Correntes	1.328.885,88	11,25
Investimentos	1.050.292,80	8,89
<b>Outras Atividades</b>	<b>160.423,68</b>	<b>1,36</b>
Programa Raízes	111.289,49	0,94
Pará-Rural	49.134,19	0,42
<b>TOTAL</b>	<b>11.813.436,16</b>	<b>100</b>



Parque Indígena

Para análise mais detalhada das despesas efetivadas no exercício de 2007, apresenta-se a seguir, um demonstrativo orçamentário-financeiro, de acordo com os elementos dessas despesas.

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO (LIQUIDADO) – 2007**

<b>Programa</b>		<b>001</b>	<b>021</b>	<b>046</b>	<b>060</b>	<b>061</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
<b>1 - Apoio Administrativo (0125)</b>		7.243.137,66	-	561.278,37	-	2.440,00	7.806.856,03	66,08%
1.1 - Pessoal e Encargos sociais		6.068.141,94	-	561.278,37	-	-	6.629.420,31	56,12%
Contratação por Tempo Determinado	3190-04	107.982,85	-	-	-	-	107.982,85	
Salário Família	3190-09	-	-	-	-	-	-	
Vencimentos e Vantagens Fixas	3190-11	5.809.178,52	-	561.278,37	-	-	6.370.456,89	
Outras Despesas Variáveis	3190-16	117.169,15	-	-	-	-	117.169,15	
Despesas de Exercícios Anteriores - DEA	3190-92	33.811,42	-	-	-	-	33.811,42	
<b>1.2 - Outras Despesas Correntes</b>		1.174.995,72	-	-	-	2.440,00	1.177.435,72	9,97%
Outros Benefícios Previdenciários	3390-05	37.037,49	-	-	-	-	37.037,49	
Outros Benefícios Assistências	3390-08	2.658,80	-	-	-	-	2.658,80	
Material de Consumo	3390-30	214.598,50	-	-	-	-	214.598,50	
Passagens e Despesas com Locomoção	3390-33	-	-	-	-	-	-	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3390-36	251.833,05	-	-	-	-	251.833,05	
Locação de Mão-de-Obra	339037	42.707,98	-	-	-	-	42.707,98	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3390-39	387.028,36	-	-	-	2.440,00	389.468,36	
Obrigações Tributárias e Contributivas	3390-47	106.586,58	-	-	-	-	106.586,58	
Auxílio Transporte	3390-49	108.637,72	-	-	-	-	108.637,72	
Despesas de Exercícios Anteriores - DEA	3390-92	23.907,24	-	-	-	-	23.907,24	
Indenizações e Restituições	3390-93	-	-	-	-	-	-	
<b>2 - Encargos Especiais (0000)</b>		969.627,76	-	-	-	-	969.627,76	8,21%
Pagamento de Débitos Precatórios		969.627,76	-	-	-	-	969.627,76	
2.1 - Pessoal e Encargos sociais		969.627,76	-	-	-	-	969.627,76	
Sentenças Judiciais	3190-91	951.272,90	-	-	-	-	951.272,90	
Despesas de Exercícios Anteriores - DEA	3190-92	18.354,86	-	-	-	-	18.354,86	

3 - Desenvolvimento e Valorização de Pessoas (1129)		87.792,43	-	-	-	409.557,58	497.350,01	4,21%
Auxílio Alimentação		87.792,43	-	-	-	409.557,58	497.350,01	
3.1 - Outras Despesas Correntes		87.792,43	-	-	-	409.557,58	497.350,01	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3390-39	87.792,43	-	-	-	409.557,58	497.350,01	
4 - Fortalecimento da Gestão Fundiária (1027)		1.534.268,28	49.134,19	426.942,00	-	417.968,40	2.428.312,87	20,56%
Regularização Fundiária		1.534.268,28	49.134,19	426.942,00	-	417.968,40	2.428.312,87	
4.1 - Outras Despesas Correntes		510.147,39	49.134,19	426.942,00	-	391.796,49	1.378.020,07	11,66%
Diárias Civil	3390-14	196.414,00	32.567,50	166.007,50		85.387,50	480.376,50	
Material de Consumo	3390-30	42.420,58	6.694,89	55.041,46		3.375,49	107.532,42	
Passagens e Despesas com Locomoção	3390-33	7.020,34	1.746,84	75.816,26		2.483,27	87.066,71	
Serviços de Consultoria	3390-35	-	-	-	-	-	-	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3390-36	11.560,24	8.124,96	4.044,55		625,48	24.355,23	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3390-39	252.732,23	-	126.032,23		299.924,75	678.689,21	
Obrigações Tributárias e Contributivas	3390-47	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores-DEA	3390-92	-	-	-	-	-	-	
4.2 - Investimentos		1.024.120,89	-	-	-	26.171,91	1.050.292,80	8,89%
Equipamentos e Material Permanente	4490-52	1.024.120,89	-	-	-	26.171,91	1.050.292,80	
5 - Programa Raízes (1057)		111.289,49	-	-	-	-	111.289,49	0,94%
5.1 - Outras Despesas Correntes		111.289,49	-	-	-	-	111.289,49	
Diárias Civil	3390-14	68.036,50	-	-	-	-	68.036,50	
Material de Consumo	3390-30	2.855,35	-	-	-	-	2.855,35	
Passagens e Despesas com Locomoção	3390-33	443,00	-	-	-	-	443,00	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3390-36	3.415,00	-	-	-	-	3.415,00	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3390-39	36.539,64	-	-	-	-	36.539,64	
<b>TOTAL</b>		<b>9.946.115,62</b>	<b>49.134,19</b>	<b>988.220,37</b>	<b>-</b>	<b>829.965,98</b>	<b>11.813.436,16</b>	<b>100,00%</b>

001-Tesouro – Recursos Ordinários

021- Recursos Ordinários - Contrapartida Estadual

046- Recursos do Tesouro Vinculados ao Fundo de Desenvolvimento Rural - FDR

060- Recursos de Convênio

061- Recursos Próprios

Fonte: SIAFEM, em 28 de janeiro de 2008.

## AÇÕES PRIORITÁRIAS DO ITERPA PARA 2008

### Ações Estruturantes

■ Continuar o processo de reestruturação administrativa, reaparelhamento do Instituto, reforçar e treinar o corpo técnico;

■ Modernizar o arquivo do ITERPA. Pode-se dizer que o Instituto também tem uma função “cartorial”, pois é o banco de dados da destinação das terras públicas estaduais, sendo constantemente solicitado para informar se a terra é pública estadual e se os títulos de terra privados são verdadeiros;

■ Digitalizar e transformar os memoriais descritos de todos os títulos emitidos pelo Instituto em mapas. Essa medida vai facilitar a consulta e a localização das terras doadas ou vendidas pelo Estado;

■ Aquisição de uma sede própria. Somente em um espaço adequado e funcional é possível melhorar o atendimento ao público e o rendimento dos funcionários;

■ Implantação do Plano de Cargos e Salários, garantindo melhorias econômicas aos servidores.

### Ações Finalísticas

■ Participação na discussão do Ordenamento Territorial e Zoneamento Ecológico-Econômico, com o apoio do Programa Pará Rural. O Pará Rural é um programa que tem como meta contribuir para a redução da pobreza e das desigualdades sociais. É resultado de negociação entre Governo do Pará, o Governo Federal e o Banco Mundial – BIRD;



### Desenvolvimento do Programa de Ordenamento Territorial

É função primordial do Instituto de Terras do Pará – ITERPA – desenvolver e aplicar políticas eficazes para o (re)ordenamento territorial. Dentro da política de ordenamento territorial, podemos citar as seguintes atuações do ITERPA:

#### Regularização Fundiária por Município ou Região (Varredura Fundiária)

É um grande desafio do Estado do Pará realizar a regularização com uma nova metodologia. A regularização fundiária priorizará o município e será realizada em ação governamental conjunta, envolvendo a Secretaria de Projetos Especiais, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Estado de Agricultura, o Instituto de Terra do Pará e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará. Com ações conjugadas, espera-se titular, licenciar as atividades agrárias e discutir a produção agrícola do imóvel rural.

### Arrecadação de Terras Devolutas

Hoje, aproximadamente 20 milhões de hectares são terras devolutas e que precisam ser arrecadas e destinadas, seja para fim agrário ou de proteção ambiental. Para esse trabalho o ITERPA instalou uma Comissão que iniciou a arrecadação das terras devolutas estaduais. Em 2007 foram arrecadados 291.000 hectares e declarados nulos 27 títulos, correspondendo a 350.232 hectares.

### Criação de Assentamentos Estaduais

O assentamento estadual deve ser pensado como instrumento da reforma agrária e, em um contexto mais abrangente, em suas múltiplas dimensões e experiências, como política que busca compatibilizar as ações de regularização fundiária com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Reforma Agrária. Faz-se necessário também assegurar a pluralidade de concepções de propriedade,



Índias Kayapó

com a instituição de diferentes modalidades de assentamentos que favoreçam as variadas formas de acesso e de uso dos recursos naturais, conforme estabelece o Decreto Estadual 713/2007, que institui o Programa Estadual de Assentamentos e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão dos assentamentos.

### Reconhecimento à Terra dos Quilombolas

O Pará se destaca no cenário nacional como o Estado brasileiro que mais titulou áreas em prol dos remanescentes das comunidades de quilombos, cujos direitos estão consagrados no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 e no art. 322 da Constituição Estadual. Nos últimos dez anos, foram expedidos 26 títulos, beneficiando mais de 2.900 famílias e totalizando uma área de 422.294,9576 hectares.

A atual administração do ITERPA está avançando nesse trabalho de elevada relevância social e cultural, com reconhecimento dos direitos territoriais de cerca de 100 (cem) comunidades, tendo em vista os mais de 60 (sessenta) processos atualmente em tramitação no Instituto.

### Presença nas Áreas de Conflitos ou em Conflitos Emblemáticos

Além da criação de assentamentos e o reconhecimento de terras quilombolas, o ITERPA terá que atuar nas áreas de conflitos antigos, como também em outras áreas que apareçam no futuro, a fim de diminuir a tensão pela disputa da terra. O Instituto atuou em várias áreas onde a disputa pela terra ocorre há anos. Alguns exemplos: Gleba Nova Olinda (Santarém), Fazenda Peruano (Eldorado do Carajás), área de pretensão do Grupo Jari (Almerin), Complexo dos Moraes (Rondon do Pará) etc.



Engenho de Mandioca

## Ações Pedagógicas

O Governo precisa deixar claro para a sociedade que não irá tolerar a grilagem da terra, o desrespeito aos direitos humanos e ao meio ambiente. Para que essa mensagem seja incorporada pela sociedade, o ITERPA deve realizar ações que tenham repercussão estadual e nacional, recuperando o patrimônio público da grilagem. Deve agir onde haja denúncia de trabalho escravo, desmatamento, violência contra posseiros, em área, ainda, a ser definida. Esse trabalho deverá ser realizado em conjunto com a SEGUP, o INCRA e o Ministério Público.

## Regularização Fundiária Urbana

Esta é uma demanda que aparece no PTP e cada vez mais os prefeitos consultam o ITERPA para regularizar a gleba patrimonial urbana.

Compete ao ITERPA:

(a) demarcar limites municipais;

(b) destinar áreas de reserva patrimonial para municípios localizados em glebas do estado, após a devida autorização da Assembléia Legislativa do Pará;

(c) aviventar limites de áreas de reserva patrimonial, devidamente destacadas do patrimônio da União e do Estado do Pará;

(d) demarcar áreas pertencentes ao estado, independentemente de sua localização;

(e) atuar na regularização fundiária urbana, através de convênios, com os municípios.

O Instituto pretende auxiliar a Secretaria de Urbanismo na regularização fundiária da gleba patrimonial urbana. Contudo, o órgão fundiário não tem competência para atuar em todas as cidades, pois muitos municípios paraenses estão sob a jurisdição do INCRA, por serem terras públicas federais ou pelo fato de o perímetro urbano localizar-se em área de dominialidade federal.



Cerâmica Marajoara



Área de Floresta

**INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA**  
Rua Farias de Brito 56 - Belém/PA - CEP 66.090-270  
Tel.: (91) 3181-6501 – [iterpa@iterpa.pa.gov.br](mailto:iterpa@iterpa.pa.gov.br)  
[www.iterpa.pa.gov.br](http://www.iterpa.pa.gov.br)